



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Mundo do trabalho.

Sindicalismo e resistência na USP

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar a trajetória histórica de lutas e de intervenções políticas do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) e evidenciar os ataques neoliberais às formas de organização e mobilização dos trabalhadores, protagonizados pela reitoria da USP. Analisamos os boletins emitidos pelo SINTUSP em 2016, uma vez que este figura-se como um dos principais meios de comunicação do sindicato com os trabalhadores, nele o sindicato informa, denuncia, mobiliza e, principalmente, resiste.

Palavras-chave: sindicalismo; resistência; USP.

Trade unionism and resistance at USP

Abstract

The present work had as objective to analyze the historical trajectory of struggles and political interventions of the Union of the Workers of USP (SINTUSP) and to highlight the neoliberal attacks on the forms of organization and mobilization of the workers, carried out by the rector of USP. We analyze the bulletins issued by SINTUSP in 2016, since this is one of the main means of communication of the union with the workers, in it the union informs, denounces, mobilizes and mainly resists.

Keywords: trade unionism; resistance; USP.

Introdução

Os movimentos do capital na busca desenfreada por lucros impacta diretamente a vida do trabalhador, entretanto, nem todos têm assistido estacados a ganância do capital e a barbárie instalada, muitos ousam na luta junto de seus pares, na contra hegemonia, e reivindicam uma sociedade mais justa.

Segundo Abramides (2017, p. 233), “a classe trabalhadora possui dois instrumentos clássicos de luta de classes do ponto de vista de sua organização: o partido e o sindicato”. O partido é a unidade classista que visa a transformação da sociedade de classe, porém não vamos nos ater ao partido e sim no instrumento sindicato.

O sindicato se constitui como instrumento representativo dos trabalhadores no mundo do trabalho, sendo necessário para defesa das condições de trabalho e para preservação dos direitos conquistados. Destoam dessa concepção os sindicalistas economicistas, social-democratas e porta-vozes do projeto de dominação de classes. Os verdadeiros sindicatos representantes da classe trabalhadora são os sindicalistas classistas, independentes e autônomos, com organização de base e que lutam contra o imperialismo e contra a ordem do capitalista (ABRAMIDES, 2017).

De acordo com a autora, o Brasil teve suas primeiras influências sindicais, datadas do final do século passado até os anos de 1930, do anarco-sindicalismo, já no período de 1930 a 1977 imperou a ditadura de Vargas e depois a ditadura militar. Na era Vargas os sindicatos ficaram condicionados ao sindicalismo de Estado. E no período militar houve grandes repressões e perseguições ao movimento sindical. O período de 1977 a 1989 foi um período de fortalecimento das lutas de classes e as greves de 1978 foram as maiores greves do país desde a década de 1960.

O movimento sindical brasileiro teve um papel importante e decisivo na derrocada do regime civil-empresarial-militar brasileiro. É inegável que as mobilizações e greves protagonizadas pelo operariado fabril, e por outras categorias de trabalhadores, tanto do setor público quanto do privado, serviram de base social para a crise do regime, que teve como ápice a Campanha das Diretas Já (HIRO, 2017, p. 49).

Esse movimento ia de encontro ao posicionamento das antigas direções sindicais, acostumadas às regalias do atrelamento ao Estado, surgindo as oposições sindicais e novos dirigentes, que se organizavam pela base ficando conhecidos como Novo Sindicalismo. Era o início da derruição das antigas direções pelegas.

Coadunando-se ao movimento nacional pós-ditadura militar, os trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP), tanto os docentes quanto os servidores técnico-administrativos, começaram a se organizar e se mobilizar para construir movimentos que inicialmente questionaram a estrutura profissional e salarial de suas categorias. Todavia, a “organização” dos trabalhadores técnico-administrativos estava nas mãos de uma associação, a Associação de Funcionários da USP (ASUSP), já que o sindicato ainda não era constituído.

Da ASUSP ao SINTUSP: o movimento sindical na USP

Em 1978, alguns trabalhadores da USP passaram a se encontrar clandestinamente, uma vez que havia grande infiltração policial dentro da universidade, e questionavam a postura da ASUSP, solicitando à direção que convocasse uma assembleia para discussão salarial. O presidente rebateu aos gritos que “assembleia era coisa de comunista [...] e imagina a gente discutindo o nosso próprio salário. Quem tinha que discutir o nosso salário era o governo que pagava o nosso salário” (CARVALHO apud HIRO, 2017).

Como se nota, a direção da ASUSP era pelega e conivente com o Estado. Então, o novo movimento de trabalhadores utilizou o boletim como uma das primeiras

formas de disseminação de informação, como mobilização e como forma de enfrentamento à direção da ASUSP.

Nós nos encontrávamos embaixo de uma árvore no estacionamento da História, e nós fomos discutindo que precisávamos criar um movimento de oposição. Fizemos um primeiro boletim, em um mimeógrafo a álcool naquele tempo, e falando uma série de coisas, sobre salário, como condições de trabalho muito ruins, de vários lugares. E tudo era distribuído meio que clandestinamente mesmo. A gente entrava nas unidades, coloca embaixo das portas e até que resolvemos chamar uma assembleia (CARVALHO apud HIRO, 2017).

O novo movimento passou a ser intitulado de Movimento de Oposição da ASUSP (MOASUSP) e emergiu no mesmo período em que eclodiu o movimento paredista no país.

O MOASUSP passou a interligar-se ao movimento estudantil (Diretório Central dos Estudantes – DCE) e dos docentes (Associação dos Docentes da USP – ADUSP) e toda essa movimentação era acompanhada de perto pela Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, órgão repressor da ditadura militar.

Em pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo por Hiro (2017), foi encontrada uma série de documentos do antigo DEOPS paulista, reunidos em uma pasta intitulada DEOPS OP 1190.

Em um relatório apresentado, em 8 de fevereiro de 1979, para o delegado de plantão, o agente relatou que o movimento conhecido como MOASUSP distribuiu no dia anterior no campus um panfleto, no qual convidava professores, funcionários e estudantes a ingressarem no movimento unificado que reivindicava um aumento salarial de 70% mais Cr\$ 2.0000,00 fixos (HIRO, 2017, p. 58).

Novamente, o boletim, com elementos textuais simples e ilustração, foi utilizado como principal forma de mobilização do MOASUSP, de modo didático e explicativo, com possibilidade de maior alcance entre os funcionários de nível básico.

Segundo o Sindicato dos trabalhadores de USP (SINTUSP) (2017), nesse mesmo ano ocorreu a maior greve do funcionalismo público, 300 mil servidores públicos aderiram à greve. Na USP, foi uma das mais longas da época, foram 57 dias de greve com a ocupação da ASUSP.

No decorrer da greve, não sem resistência da ASUSP, o movimento passou a articular para que houvesse novas eleições para a associação. Magno de Carvalho, em entrevista para Hiro (2017) fala sobre esse momento:

Ah sim, nesse ano de 1979, logo depois da greve, nós... Aliás, durante a greve nós ocupamos isso aqui. Chamamos o chaveiro e abriu, e a pelegada foi embora, e depois da greve pensamos em continuar e convocar a eleição. Mas

aí o cara conseguiu um mandado de reintegração de posse, veio a polícia aqui, nós fomos expulsos. Mas aí no fim do ano, em novembro, nós tínhamos... A greve foi em março, a eleição em novembro. Não tinha eleição aqui, um passava para o outro, era uma quadrilha que não tinha, não cumpriam nem o estatuto da entidade. Formaram a associação, tinha um estatuto, o estatuto previa uma eleição, mas aí com um advogado, com o movimento forte, a gente exigiu que houvesse a eleição (CARVALHO apud HIRO, 2017, p. 70).

No final da greve de 1979, os funcionários divergiram com relação ao término da greve, uma parte aceitava a proposta de aumento (Cr\$ 2.000 cruzeiros mais 20% de antecipação) e outra parte acreditava que a greve deveria continuar até que a proposta de 43% fosse aceita. Desse “racha” surgiram duas chapas de oposição para concorrer às eleições da ASUSP: a “Funcionários Unidos” e “MOASUSP”, sendo a última ganhadora das eleições (HIRO, 2017).

Foram dez anos de direção de esquerda à frente da ASUSP e, nesse tempo, apesar de divergências partidárias e ideológicas, os servidores se engajaram na construção de um sindicato. Para além dos muros da universidade, esses servidores também ajudaram a construir a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em plena ditadura militar.

Vale observar que a Constituição de 1937 vetava a organização sindical dos funcionários públicos e somente na Constituição de 1988 foi autorizado o direito de greve e de organização sindical dos funcionários públicos. A diretoria do sindicato relata essa situação.

[...] em 1988 na constituição prolongada ela deu direito pros servidores de se organizar sindicato, aí rapidamente o pessoal que militava mais antigo que tinha na verdade tomado a associação e colocado a associação pra cumprir um papel de organizador sindical, isso aí o [...] e outros que chegaram antes de mim poderiam falar isso com mais propriedade, se organizaram com outros antigos que também enfrentaram esse processo no marco da ditadura militar, isso aí alguns deles na clandestinidade e imediatamente organizaram a assembleia dos associados que aprovou a associação do sindicato. Desde esse dia, que aprendemos a organizar e construir sindicatos (SINTUSP, 2017).

Assim que promulgada a Constituição de 1988, os servidores da USP organizaram assembleia para votar a proposta de transformar a ASUSP em SINTUSP. Em 28 de outubro do mesmo ano nasceu, segundo o próprio SINTUSP, o primeiro sindicato dos funcionários públicos do país, o SINTUSP.

Os boletins como forma de mobilização e resistência

A luta dos trabalhadores da USP remonta à institucionalização do sindicato e perpassa os quase 30 anos de existência do SINTUSP. Durante esse período, resistiram

bravamente aos ataques das reitorias, que sempre estiveram alinhadas ao governo do Estado de São Paulo.

Segundo Hiro (2017), durante todo o período de existência do SINTUSP, e de acordo com sua aprofundada pesquisa, o SINTUSP apresenta duas principais características: o caráter combativo e o caráter politizado. O autor argumenta que a entidade sindical se dá com base nos princípios da combatividade do movimento operário e assume a luta direta como o principal instrumento para se chegar à conquista das demandas, não se rendendo à burocratização e à negociação. E com relação ao caráter politizado, este se dá na busca de formar politicamente os trabalhadores representados, por meio dos embates das campanhas salariais, de materiais, de discursos e de atividades que fazem com que os mesmos comecem a refletir sobre essa realidade.

O Estatuto do SINTUSP reafirma seu posicionamento de sindicalismo classista e independente. Na versão de 2015, gestão “Sempre na Luta! Piqueteiros e Lutadores” (2014-2016), logo no prólogo fica evidente a criticidade da gestão e seu posicionamento contra o modo de produção capitalista e também o posicionamento contrário a qualquer tipo de exploração dos trabalhadores.

O SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo – é uma organização sindical de luta e defesa dos interesses econômicos e sociais dos (as) trabalhadores (as) da USP na atual sociedade capitalista. Nesta sociedade tem cada vez mais uma reduzida minoria que desfruta de todas as vantagens do desenvolvimento econômico, social e tecnológico, enquanto a maioria está condenada à superexploração, desemprego e baixos salários. Para aumentar seus lucros com a superexploração dos (as) trabalhadores (as), os capitalistas introduziram com a ofensiva neoliberal, os mecanismos de flexibilização dos direitos trabalhistas: terceirização, contratos temporários, conversão de trabalhadores em pessoas jurídicas individuais, etc, como elemento fundamental de divisão das fileiras dos (as) trabalhadores (as), criando trabalhadores (as) de primeira e segunda classe e enfraquecendo as forças da classe trabalhadora. A sociedade se desenvolve no contexto da luta das classes sociais, ou seja, em nossa época das duas classes fundamentais: a burguesia e a classe trabalhadora.

O SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP – reconhece que a classe trabalhadora não tem fronteiras. Somos irmãos dos trabalhadores e dos povos oprimidos da América Latina e do mundo. Lutamos contra a dominação das potências imperialistas que saqueiam o mundo espalhando a fome, a guerra e a degradação do meio ambiente, e contra a opressão às mulheres, negros e homossexuais. A fraudulenta dívida externa ou a intromissão do imperialismo nas principais fontes de riqueza nacional, como é o caso do petróleo e do gás em nosso continente, e aumenta sua presença militar instalando sete novas bases na Colômbia. Com isso pretende consolidar seu domínio sobre os instrumentos e meios de produção, impedindo o desenvolvimento nacional independente e soberano.

O SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP – luta de forma consequente pelos legítimos interesses da classe trabalhadora e em aliança com os setores populares buscando elevar a consciência de classe dos trabalhadores

e construir uma sociedade sem exploradores e nem explorados (Estatuto do SINTUSP, 30 abr. 2015).

O SINTUSP defende também que a luta não se limita aos muros da USP, mas soma-se a todos os trabalhadores da América Latina e do mundo, buscando elevar a consciência de classe dos trabalhadores em uma perspectiva de emancipação.

A atual gestão sindical (2014-2019) passou e tem passado por tempos difíceis em termos de desmonte da universidade na gestão Zago (2014-2017) e na gestão em curso de Vahan Agopyan (2018-2021).

Zago afirmou que “a estabilidade precoce de professores e funcionários paralisa as coisas. Isso depende de questões políticas e leis federais. Mas, internamente, é preciso abandonar a dinâmica de sindicalismo na vida universitária” (VEJA, 2014, p. 14).

Também declarou em algumas Congregações, que a culpa pela suposta crise financeira da Universidade decorre de um suposto “inchaço” do quadro de funcionários técnico-administrativos, e defende que as creches e o Hospital Universitário (HU) somente dão prejuízos. Nesse sentido, Zago costuma utilizar as universidades norte-americanas como exemplo e justifica que o ideal é ter um número menor ou igual de técnicos administrativos por docente (Boletim SINTUSP, nº 43, 2016).

Seguindo seu projeto de desmonte, o então reitor, Marcos Zago, decretou uma portaria, no ano de 2014, impedindo a contratação de técnicos administrativos, o que ocasionou o fechamento de postos de trabalho por falta de trabalhadores, como é o caso do HU, que teve dezenas de leitos fechados e passou a não atender no Pronto Socorro Infantil e Adulto no período noturno (Boletim SINTUSP nº 88, 2016).

No entanto, a Associação de Docentes da USP (ADUSP) apresentou em sua assembleia o seguinte cálculo:

As reservas financeiras da USP atualmente são de 1 bilhão e 400 milhões que aplicados a juros de 10% rendem 40 milhões, só este rendimento já é suficiente para conceder 10% de reajuste para todos os trabalhadores da USP, faltando apenas 2,34% a serem pagos usando a "reserva" (Boletim SINTUSP nº 55, 2016).

Assim, nota-se que, aparentemente, não existe falta de recursos, mas má aplicação dos mesmos aliada ao plano de privatização das universidades, o que se corrobora pelo fato de o então ministro da educação do governo Temer, Mendonça Filho, haver declarado que o Ministério da Educação (MEC) iria apoiar a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, em cursos de pós-graduação, especialização e

extensão e, além disso, haver citado a USP como exemplo de universidade na qual tal ação serviria para complementar o orçamento (Boletim SINTUSP nº 53, 2016).

Zago também afirmou em encontro dos dirigentes das Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos Especializados, Museus e Órgãos Centrais da Universidade, nos dias 10 e 11 de agosto de 2015, que, mesmo com a implementação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (aliado à suspensão de novas contratações e a outros desligamentos como aposentadorias, demissões etc., ocorridos nos últimos dois anos, que resultou na redução de 1.857 servidores), “ainda tinha muita gordura para queimar” (USP, 2017).

O reitor seguiu alinhado com o então governo do Estado de São Paulo, de Geraldo Alckmin do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Desde 1995 o partido tucano governa o Estado e nesse tempo de governo

[...] o neoliberalismo tucano aprofundou a desigualdade social, a violência urbana e a corrupção, convertendo-se em um governo de uma minoria endinheirada e conservadora, avessa a garantida de direitos da população e adepta da repressão policial frente a crescente tensão social provocada pelo quadro de exclusão vivido no estado de São Paulo, em especial nas periferias das maiores cidades (VALENTE, 2013, p. 5).

Segundo o deputado federal, a principal característica do modelo adotado pelos tucanos nos últimos anos tem sido a redução do papel do Estado em áreas como educação, saúde, transporte, habitação e outras, por meio de uma política de privatizações e terceirizações que só tem beneficiado as chamadas “forças do mercado”, ou seja, a iniciativa privada interessada apenas no aumento do lucro na exploração de serviços que deveriam ser públicos, gratuitos, universais e de qualidade.

Em entrevista para a revista *Veja* (2017), Alckmin (PSDB) afirmou que o compromisso do partido não era com o governo de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas com a aprovação das reformas econômicas, como a trabalhista e a da Previdência.

Diante da postura reacionária do governador e do digníssimo reitor, surgem questionamentos de como tem se estabelecido a resistência dos servidores a partir da realidade. Como contribuir para a formação da consciência de luta e mobilização da categoria?

Nesse sentido, as assembleias, debates e discussões da categoria são essenciais, mas, no cotidiano, devido às condições objetivas, esse encontro presencial não é possível sistematicamente. Para atingir um número maior de servidores tem-se,

historicamente, utilizado o boletim/ jornal do sindicato como material e instrumento de luta, de resistência e de socialização da informação.

Como podemos constatar em nossas pesquisas [...] o jornal do Sintusp tinha um acabamento que realmente despertava a atenção. O uso de recursos gráficos chamativos, muitas fotos e ilustrações (recursos esses que despendiam um custo maior) demonstram a centralidade que esse material tinha no trabalho político do segmento. Além disso, os textos, de escrita simples, porém adequada ao ambiente universitário, versavam não apenas sobre as notícias das campanhas salariais, os dados, e as convocatórias para assembleias, reuniões ou mobilizações, mas havia também um grande espaço para textos políticos de debate sobre conjuntura nacional e internacional, reflexivos, sobre assuntos específicos também, todos com o objetivo de formar politicamente os trabalhadores em educação administrativos da USP, contribuindo assim com a possibilidade da constituição de uma consciência de classe (HIRO, 2017, p. 103).

A imprensa do SINTUSP teve um papel fundamental nessa construção de base e assumiu o posicionamento ético-político da entidade, em tempos nos quais as grandes mídias manipulam as informações do modo que lhes é conveniente.

Até 2007 eram distribuídos 5.500 boletins impressos, após esse período a imprensa adotou o meio digital, diminuindo a tiragem impressa para 3.000 boletins. A imprensa do SINTUSP explica que a intenção é diminuir gradativamente os boletins impressos, destinando-os apenas para as unidades que não tenham acesso à internet, como é o caso dos restaurantes e prefeituras. Hoje a imprensa dispõe de 8.000 contatos eletrônicos e pretende reduzir a tiragem impressa nos próximos tempos para, no máximo, 1.000 exemplares.

A periodicidade do boletim é conforme a demanda, mas, em média, publica-se um boletim todos os dias úteis, embora em períodos de greve a publicação possa chegar a três edições em um só dia. No ano de 2016, foram emitidos 132 boletins do SINTUSP.

Analisamos todos os 132 boletins emitidos no ano de 2016, levantamos as principais categorias debatidas e, por meio dessa análise, pudemos verificar a conjuntura da universidade no período e as estratégias sindicais (LEITE, 2017).

Ocorreram diversos atos e paralisações no ano de 2016, o Boletim nº 10 explica que os atos são contra o desmonte da USP, que, segundo o sindicato, é implementado por Zago por meio: da desvinculação do HU, do fechamento das creches, do ponto eletrônico, da extinção das funções e da centralização de setores (compartilhamento de serviço), da tentativa de retirada da periculosidade e da insalubridade, dentre outros ataques.

Em 90% dos boletins divulgados pelo SINTUSP no ano de 2016 havia a divulgação de algum evento, encontro, reuniões, assembleias, movimentos, debates, dentre outras atividades. No período de greve as atividades eram maiores e diárias. Compactamos as atividades e obtivemos os seguintes resultados:

Assembleias: do HU, geral, geral de sócios. Pauta: a suspensão do contrato de trabalho do companheiro Alexandre Pario; geral dos funcionários da USP; geral dos funcionários da USP. Pauta: ponto eletrônico e ataques de Zago; Reestruturação do Plano de Classificação de Função (PCF).

Atos e Movimentos: dos estudantes da Medicina até o HC para doação de sangue; das 3 universidades e passeata até o Palácio dos Bandeirantes, em defesa do direito de greve, em defesa do SUS; em frente à Reitoria; no Conselho Universitário; no MASP; 50 de Orlando, Não Esqueceremos! Em solidariedade aos mortos no ataque homofóbico em Orlando e contra a LGBTfobia; pelas creches em frente à Reitoria; unificado do Fórum das Seis na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP); ato-vigília em memória dos 5 jovens negros presos, desaparecidos, torturados, mortos e decapitados pela PM na Zona Leste de SP, e tantos outros de todos os dias!; acampamento da resistência em torno do SINTUSP; marcha das mulheres negras de São Paulo enfrentando o golpe, o racismo, o machismo, o genocídio, a lesbofobia e pelo bem viver. (Dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha); Dia do trabalhador na Paulista; Virada por que a USP não tem cotas?; Semana de luta, realizada pela Comissão de Mobilização das Creches, com tendas de oficinas e brincadeiras em frente à creche central.

Audiências e negociações: no ministério do trabalho sobre o rebaixamento de salários, descontos de dias e anotações irregulares na folha de ponto; pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Assuntos: Hospitais Universitários e Ensino à Distância; pública sobre o PL 399/15 na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), estende aos aposentados das 3 Universidades Estaduais Paulistas o auxílio-alimentação; no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 2ª Região: “Direito dos Trabalhadores com foco na Previdência Social, Trabalho Escravo, Negociado acima do Legislativo, PLP 257/2016, Terceirização, Combate à Violência contra as Mulheres, Combate a todos os preconceitos e Defesa da Democracia” – Convocado por CSP-CONLUTAS; negociação com o Ministério Público sobre o HU.

Filmes-debate: Iracema; Os inquilinos; Salò.

Palestras e Debates: A Era dos genocídios; “As restrições à doação de sangue e os preconceitos na sociedade”; O direito à educação por um fio: a PEC 241 em debate; “Do mito de Adão à origem real do homem”; “Marco ‘ilegal’ da ciência e tecnologia”; Lutas Britânicas; Transição iniciada: opressão perpetuada.

Aulas públicas: “Museus Universitários”, no MAE; lançamento do livro "O mito da democracia racial – Um debate marxista sobre raça, classe e identidade", de Wilson Honorio da Silva.

Encontros, Mesas, Seminários e Congressos: de Funcionários da USP, promovido pelo SINTUSP; Encontro de Mulheres SINTUSP; de trabalhadoras e trabalhadores negros da USP; 4º Encontro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS) da USP – “Em defesa da vida”; 6º Congresso dos Funcionários da USP; Mesa “creches em greve: muito além do fechamento das vagas”; Seminário nacional do MML "Mulheres Pretas têm história"; Seminário de Negras e Negros da CSP – Conlutas; Seminário sobre terceirização da CSP Conlutas.

Festas e Confraternizações: Feijoada para arrecadar fundos; festa da resistência: “do morro eu não saio, daqui ninguém me tira”; festa de final de ano; festa em solidariedade aos funcionários penalizados pelo corte de salário; futebol da greve na Prefeitura; café unificado do HU, Faculdade de Odontologia e SAS; confraternização no Sintusp: comes e bebes, bingo e roda de samba.

Organização política: Comandos de greve; construção e aprovação da pauta de reivindicações específicas dos funcionários da USP; eleições da diretoria colegiada do SINTUSP; plenária unificada de trabalhadores e estudantes.

Grandes Mobilizações: Greve Geral; Jornadas de lutas; paralisações.

Reuniões: aberta com Dr. Alceu Carrera (jurídico SINTUSP); ampliada do Conselho Diretor de Base (CDB) – Vagas Irregulares; Comissão geral de saúde; Secretaria de

Carreira e Recursos Humanos do SINTUSP; Secretaria de mulheres; Secretaria de Negros, Negras e combate ao Racismo do SINTUSP; Secretaria de Saúde do Trabalhador do SINTUSP; Secretaria de Saúde do Trabalhador. Pauta: Discussão do Encontro de CIPAS; Conselho Gestor de Saúde da Zona Oeste; SINTUSP com o Ministério do Trabalho e Emprego sobre a retirada do adicional de periculosidade; SINTUSP sobre a retirada do adicional de periculosidade; sobre vagas irregulares, de Unidades.

Os boletins denunciaram as perseguições políticas envolvendo os servidores e, principalmente, os diretores do sindicato, reiterando a necessidade de mobilização permanente contra as ações antissindiciais da Reitoria da USP. Uma das mais graves foi o pedido de desocupação da sede do sindicato, em 30 dias, alegando aproveitamento do espaço acadêmico e que a Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA), que abrigava a sede do sindicato, pretendia utilizar o espaço, o que foi desmentido posteriormente. O SINTUSP ocupava o mesmo espaço desde a década de 1960.

O sindicato deliberou por resistir e não desocupar o prédio, o reitor enviou nova intimação para desocupação, afirmando que tomaria as medidas judiciais cabíveis, ou seja, a reintegração de posse por meio de força policial. O sindicato observou na data que o conteúdo dessa intimação é idêntico ao que receberam na época da ditadura militar, em 1979: “até o prazo de 30 dias foi o mesmo que nos foi imposto na época. E a resposta continuou a mesma: permanência e resistência” (Boletim nº 38). Após diversas negociações, atos, audiências e vigília, o sindicato não permaneceu na sua sede, mas foi realocado e, apesar de o novo local ser distante da reitoria, longe da grande movimentação e do fluxo de pessoas, foi considerada uma vitória pelo fato de o SINTUSP ter garantido uma nova localidade para sua sede no interior da universidade.

A campanha pelo dissídio ganhou destaque ao longo de 2016 e mobilizou as três universidades estaduais paulistas: USP, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP). Historicamente, as decisões de reajuste salarial são negociadas entre o Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) e Fórum das Seis, todavia, em 2026, os reitores da USP e da Unesp, na tentativa de manobrar a negociação, submeteram a decisão aos seus Conselhos Universitários (COs) e o reitor da Unicamp apresentou a "proposta do CRUESP de 3%". Na USP o reitor apresentou a proposta de 3%, após submetê-la ao CO. Rechaçada pelos trabalhadores, foi implantada sem outras negociações.

Entretanto o CRUESP delongou para apresentar sua proposta, dessa forma, no mês de inércia do CRUESP, após a entrega da pauta do Fórum das Seis, os servidores da USP se organizaram e deliberaram pela greve.

Os boletins tiveram papel fundamental para a construção da greve de 2016. Com letras de impacto e figuras caricatas, o sindicato convocou a categoria e socializou diariamente nos boletins as atividades de greve, que não foram poucas.

A greve foi aprovada em Assembleia dos funcionários com início a partir de 12 de maio de 2016, não apenas pelos salários, mas contra o desmonte provocado por Zago, seguindo os governos estaduais e federais, todos alinhados ao sistema capitalista.

Os boletins também denunciaram as condições de saúde do trabalhador da universidade, a tentativa de retirada de periculosidade, sem melhorias no local de trabalho, discutiu a previdência, destacou e combateu as tentativas de fechamento das creches e a desvinculação do hospital universitária da USP. Posicionaram-se contra o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), o Programa de Redução de Jornada (PIRD) e o ponto eletrônico. Publicizou e esclareceu normas dos Recursos Humanos, jurídico, carreira e frequência. Denunciou, ainda, o descaso com os trabalhadores terceirizados e demonstrou solidariedade à luta dos trabalhadores e dos estudantes no Brasil e no mundo. E ainda socializou e convidou para atividades de arte, esporte e cultura.

Considerações Finais

Tecemos conjecturas em que a resistência, a qual nos propomos debater, se dá a partir do pacto dos trabalhadores, de sua organização política e das formas de enfrentamento e, nesse sentido, avaliamos como positiva a organização política dos servidores da USP, pois o SINTUSP é um sindicato classista e de luta. O desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores se apresentou, também, pelo legado que o sindicato tem construído ao longo do processo.

A análise dos boletins demonstrou que esses têm sido uma importante ferramenta de luta, de denúncia e de resistência. No entanto, acreditamos que seu uso poderia ser potencializado se as questões apresentadas e publicizadas tivessem uma devolutiva e se os ganhos fossem melhor socializados, com seções específicas por secretarias e com a ampliação do desígnio de discussões, visto que muitas discussões são levantadas, mas não há o desfecho em boletins subsequentes. Nesse sentido, as redes sociais e os

mensageiros instantâneos dos celulares também são opções para aumentar a visibilidade dos boletins.

A pesquisa, principalmente a análise dos boletins, pôde demonstrar que o SINTUSP vem sofrendo inúmeros ataques, mas que segue resistindo. A reitoria da USP tem tentado ao máximo desmontar a universidade pública, por meio da redução de mais de 3.400 postos de trabalho, do PIDV, do PIRJ, do fechamento das creches, da terceirização dos bandejões, da ameaça de desvinculação do HU, da implementação do ponto eletrônico, do desconto dos salários dos trabalhadores em greve, da perseguição aos líderes sindicais, chegando ao auge dos ataques com o pedido de desocupação da sede do sindicato.

Ao mesmo tempo, a reitoria cede terrenos da universidade aos bancos, às fundações privadas (como a FUVEST), à Polícia Militar e, ainda, a própria reitoria propõe a construção de uma capela dentro da universidade, porém não quer tolerar a presença do SINTUSP nas suas dependências (Boletim SINTUSP nº 30, 2016).

A intenção da reitoria é a desmobilização dos servidores e ruptura de seus laços de solidariedade, para que o desmonte aconteça de forma mais rápida, chegando ao ambiente de que precisa para privatizar e terceirizar tudo quanto puder.

A lógica destrutiva do capital é múltipla em sua aparência, mas una em sua essência, os diversos polos e segmentos da classe trabalhadora devem procurar uma atuação mais solidária e orgânica. Se forem capazes de unir os laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento de classe, conjugando suas ações, poderão, mais do que qualquer outra força social, ser efetivamente capazes de demolir o sistema de metabolismo societário do capital e sua lógica destrutiva e, desse modo, começar a desenhar um novo modo de vida. E os sindicatos poderão ter um papel de destaque neste processo, se forem capazes de entender o século XXI em que vivem (ANTUNES, 2014, p. 163).

Compactuamos com o pensamento de Antunes (2014), na perspectiva de solidariedade entre os trabalhadores, de que somente a organização destes é capaz de superar a sociedade de classes.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, sindicato, saúde e Serviço social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. (Org.). O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 225-243.

ANTUNES, Ricardo. A lógica destrutiva do capital, a superexploração do trabalho, os adoecimentos e os sindicatos. (Posfácio). In: RIBEIRO, H. P. (Org.). De que adoecem e

morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1980-2014). São Paulo: Cenpras, 2014. p.158-163.

HIRO, Cássio Hideo Diniz. Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978-1988). Tese de Doutorado. UNINOVE, 2017.

LEITE, Ariana Celis. (DES) Proteção previdenciária e saúde do trabalhador: formas de resistência coletiva. [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2017. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/20475/2/Ariana%20Celis%20Leite.pdf>

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP. Disponível em: <http://www.sintusp.org.br>. Acesso em: 03 jun. 2017.

USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/imprensa/?p=51988>. Acesso em: jul. 2017.

VALENTE, Ivan. 20 anos de PSDB em São Paulo a consolidação da política neoliberal na educação. Dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.ivanvalente.com.br/wp-content/uploads/2013/12/educacao-20-anos-psdb.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

VEJA. Alckmin: compromisso do PSDB é com reformas, não com governo. 07 de julho de 2017. Por redação. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/alckmin-compromisso-do-psdb-e-com-reformas-nao-com-governo/>. Acesso em: jul. 2017.

VEJA. Entrevista Marcos Antonio Zago. É preciso arriscar muito mais. Por Lucas Souza e Mariana Barros. 25 jun. 2014. p. 13-15.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X